



Revista eletrônica de ciências sociais aplicadas.

ISSN: 1980-0193

ARTIGOS COMPLETOS/COMPLETS ARTICLES

REDES E INTERSETORIALIDADE EM RESPONSABILIDADE SOCIAL

Marialva Tomio Dreher ⁽¹⁾

Universidade Regional de Blumenau – FURB/SC

Keuly Dariana Badel ⁽²⁾

Escola de Educação Básica Pedro II - SC

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar como a intersectorialidade, promovida pelas organizações privadas, públicas e do terceiro setor de Blumenau, Santa Catarina, pode provocar a mobilização e a movimentação de esforços à geração de uma rede de cooperação intersectorial para o desenvolvimento da responsabilidade social (RS). A técnica utilizada foi a da pesquisa qualitativa de caráter exploratório. A população pesquisada foi composta pelos atores e pelas organizações como: Núcleo de Responsabilidade Social da Associação Comercial Industrial de Blumenau (RS/ACIB); Secretaria de Assistência Social da Criança e do Adolescente (SEMASCRI); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); e Instituto Exitus de Fomento e Desenvolvimento do Terceiro Setor. Dessas organizações, apenas o Núcleo RS/ACIB pode ser considerado atuante e legítimo, reunindo diversas organizações que discutem e promovem a RS no município. Os resultados evidenciaram que, uma rede de cooperação intersectorial seria importante para superação das dificuldades vividas, hoje, pelo Núcleo RS/ACIB. Por isso, sugere-se a elaboração do Índice Blumenauense de Vulnerabilidade Social, que irá mostrar quais são as áreas mais vulneráveis do município. O cruzamento das informações do índice, com as dos projetos de RS do município, permitirá medir o impacto redistributivo das ações. Será função da rede, em seu formato virtual, cadastrar os projetos de RS, divulgando a representação cartográfica resultante deste processo. Acredita-se, que a elaboração da rede de cooperação intersectorial colaborará para dar visibilidade às ações de RS, levando novas organizações ao Núcleo, articulando os setores, e contribuindo para o desenvolvimento da RS no município.

PALAVRAS CHAVE: Redes; Cooperação Intersectorial; Responsabilidade Social.

INTERSECTORIAL NETWORKS AND SOCIAL RESPONSIBILITY

ABSTRACT

The objective was analyze how the intersectoral approach, promoted by private, public and third sector organizations of Blumenau, Santa Catarina, may cause the mobilization of efforts and moving to the generation of a intersectorial cooperation network for the social responsibility (RS) development. The article used the qualitative research and the exploratory technique. The population was composed by organizations and the Social Responsibility Nucleus of Business and Industrial Association of Blumenau (RS/ Acib), Social Welfare of the Child and Adolescents Department (SEMASCRI), Social Service for Commerce (SESC), National Commercial Apprenticeship Service (SENAC), Exitus Institute of Third Sector Development. The select results allowed verifying that only RS/ Acib Nucleus can be considered as active and legitimate, bringing together diverse organizations to discuss and promote the RS in the city. The network would be important for intersectorial cooperation overcoming the difficulties experienced today by the RS/ Acib Nucleus. It will suggest the development of the Social Vulnerability Index that will demonstrate the most vulnerable areas in the city. The crossing index with the projects of the municipality will measure the impact redistributive actions. Network will function in its virtual format, RS register projects and disseminate cartographic representation resulting from this process. Finally, it is believed that the development of intersectorial network cooperation will work to give visibility to the actions of RS, leading new organizations to the Nucleus, coordinating the sectors, and contributing for the development of RS.

KEYWORDS: Networks; Intersectorial Cooperation; Social Responsibility.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho discute a busca de alternativas para a relação das organizações com as problemáticas sociais. É resultado da integração da Universidade com a sociedade, com participação atuante do grupo de pesquisadores no Núcleo RS/ ACIB (Núcleo de Responsabilidade Social da Associação Comercial e Industrial de Blumenau), e nas organizações que atuam em prol da RS nesta região, e, com o fomento científico do fortalecimento das relações acadêmicas com as secretarias municipais da área social, entre outros. Acredita-se que, a responsabilidade social (RS) é uma ferramenta utilizada pelas organizações para minimizar os problemas sociais. Com a proposta de reunir esforços em prol do desenvolvimento de ações socialmente responsáveis, que ainda apresentam-se desarticuladas no contexto das organizações, incitou-se a criação de uma rede de organizações que desenvolvam a RS em Blumenau (SC), e, em especial, com as organizações envolvidas com o Núcleo RS/ ACIB.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar como a intersetorialidade, promovida pelas organizações privadas e públicas de Blumenau (SC), pode provocar a mobilização e a movimentação de esforços à geração de uma rede de cooperação intersetorial para o desenvolvimento da responsabilidade social. E Os objetivos específicos foram: (a) Analisar as organizações privadas, públicas, e do terceiro setor inseridas no processo de desenvolvimento da responsabilidade social, ressaltando aquelas que participam dos Núcleos existentes em Blumenau; (b) Avaliar os Núcleos e sua atuação perante o desenvolvimento da RS; (c) Compreender a opinião dos participantes sobre a geração da rede de cooperação e seus possíveis comprometimentos futuros com ela.

A discussão em torno dos movimentos coletivos, a atuação e legitimidade dos Núcleos de RS, foram abordados em uma leitura da opinião dos atores envolvidos no processo. Esta leitura sobre a implementação da rede de cooperação intersetorial, permitiu elaborar um diagnóstico visando contribuir com os esforços da população estudada, numa leitura crítica à promoção do desenvolvimento da RS, no município de Blumenau. Por isso, é possível afirmar que, o desenvolvimento de uma rede de cooperação intersetorial pode colaborar para a superação das dificuldades enfrentadas, hoje, pelas organizações participantes de um dos Núcleos, objeto deste estudo – o Núcleo RS/ACIB –, dando-lhe visibilidade, e garantindo a efetividade de suas ações, incentivando o envolvimento de novas organizações com a temática da RS.

2 RESPONSABILIDADE SOCIAL

As discussões sobre a responsabilidade social advêm da base das discussões sobre ética, partindo da premissa que todas as organizações são responsáveis pelos seus atos e pelas consequências destes na sociedade.

O sujeito, principal constituinte da existência ética, não deve agredir os valores intrínsecos nas condutas morais, sendo moralmente responsável. A responsabilidade envolve o que o sujeito pretende realizar e, também, os resultados e as consequências

de suas ações. Porém, a realização moral não depende exclusivamente dos indivíduos, daí a importância de examinar as instâncias que influem no seu comportamento moral e contribuem para a realização de um empreendimento coletivo. O empreendimento coletivo compreende uma rede de relações (sejam elas: econômicas, políticas e/ou ideológicas), integrado em determinadas estruturas, organizações ou instituições sociais, as quais influenciam diretamente no comportamento moral do sujeito. Compreendem-se as próprias organizações e instituições como portadoras de um comportamento moral, que podem fomentar ou dificultar o comportamento moral dos sujeitos. Neste ínterim, não apenas o sujeito deve ser moralmente responsável, mas também as organizações (em todas as suas configurações) são responsáveis pelos seus atos e consequências (VASQUEZ, 1993).

Num recorte acerca das organizações privadas, a responsabilidade social pode ser entendida como, uma forma de gestão definida pela relação de ética e transparência da empresa com os públicos com o qual se relaciona, pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável (INSTITUTO ETHOS, 2009). Para Carroll (2008) existem quatro dimensões da responsabilidade social: a econômica, a jurídica, a ética e a filantrópica. A responsabilidade econômica está relacionada com a principal função da empresa, ou seja, estar produzindo bens e serviços necessários aos consumidores que gerem lucro para os acionistas. A responsabilidade jurídica diz respeito às obrigações das empresas previstas pelas leis. Responsabilidades éticas referem-se a padrões, a normas, e a expectativas, ou refletem uma preocupação dos consumidores, dos empregados e acionistas, e da comunidade sobre aquilo que consideram justo, ou de acordo com o respeito e defesa dos interessados, são os “direitos morais”. Por sua vez, a responsabilidade filantrópica adquire um caráter mais voluntário por parte das empresas, embora haja sempre a expectativa de que as empresas a realizem. Em suma, pode-se dizer que a empresa deve se preocupar em gerar lucro, cumprir a lei, ser ética, e ser um bom cidadão corporativo.

Ashley (2002) faz observações contra, e a favor, sobre os argumentos construídos a partir do conceito de responsabilidade social. Os argumentos contra

afirmam que, a direção corporativa não tem direito de fazer nada que não vise à maximização dos lucros, mantidos os limites da lei. Todas as outras instituições (governo, igrejas, sindicatos e organizações sem fins lucrativos) existem para atuar nas ações da responsabilidade social corporativa. Os argumentos a favor sinalizam para duas linhas básicas: a ética e a instrumental. Os argumentos éticos, dizem respeito aos princípios religiosos e as normas sociais prevaletentes, considerando que destes derivam a maneira e a forma moralmente correta de agir das empresas, bem como das pessoas que empregam. Esta ação exige um comportamento socialmente responsável, mesmo que envolva despesas improdutivas para a cooperação. Os argumentos, na linha instrumental, consideram a existência de uma relação positiva entre o comportamento socialmente correto e o desempenho da empresa.

Uma visão mais crítica é abordada por Camara (2006), que ressalta o quanto as empresas se utilizam do conceito de responsabilidade social, mas possuem práticas que as distanciam de qualquer concepção de ética. Tais empresas buscam a lucratividade, com a lógica de um racionalismo funcional, o que provoca um aumento da competitividade em seu interior, limitando a todos, pois trabalham alienadamente na lógica do individualismo. Por isso, muitas vezes uma organização que se diz ética, e que demonstra preocupações ambientais e sociais, maquia suas verdadeiras intenções econômicas, ela apenas está se utilizando do conceito de ética para melhorar a sua imagem, e para obter lucros. Para que uma organização seja considerada realmente ética, incorporando a responsabilidade social, ela precisa pensar a frente da lógica do lucro linear e infinito, promovendo condições para que os sujeitos que nela participam sejam livres, e tenham a capacidade de enxergar a si e ao outro.

3 INTERSETORIALIDADE

A relação com o outro pode materializar-se com base na cooperação entre organizações, denominada – cooperação intersetorial, a qual pode ser entendida

como um processo de união, com a capacidade de resultar em iniciativas coletivas e a finalidade de contribuir para o desenvolvimento local. Dreher e Ullrich (2008) preconizam que as organizações que cooperam para um objetivo comum, devem interagir e assumir compromissos com a localidade onde se inserem. A cooperação intersetorial surge com a complexidade das problemáticas sociais e exigem que diversos atores, com diversos olhares e diversos saberes, se unam e privilegiem a ação intersetorial, em busca de soluções que garantam à população uma maior qualidade de vida no território onde habitam. A cooperação intersetorial permite a descentralização da gestão de políticas sociais. Isto não quer dizer que o Estado será substituído, mas, que terá seu poder partilhado com organizações privadas, autônomas que privilegiam interesses coletivos. Com a descentralização do poder surgem novos formatos organizacionais, e novos espaços públicos, possibilitando novas ações da sociedade civil com relação às demandas de alguns segmentos (JUNQUEIRA, 2004).

Conforme Austin (2001) há duas razões pelas quais a cooperação intersetorial esteja acontecendo. No nível macro da sociedade, várias forças criam um ambiente que possibilita a cooperação intersetorial, e, no nível micro, as parcerias trazem várias compensações positivas. As forças de nível macro estão relacionadas às forças políticas, econômicas e sociais. As forças políticas apresentam uma nova perspectiva das pessoas diante do Estado, reconhecendo que este não é o único responsável pelas questões sociais, e ressaltando a importância da atuação das empresas nas funções sociais. As forças econômicas direcionam-se na perspectiva de um crescente número de organizações, sem fins lucrativos, que se encontram seriamente carentes de recursos. A cooperação intersetorial apresenta-se, por enquanto, como um meio de poupar seus recursos escassos e ter acesso a novas fontes de ajuda. Já, as forças sociais emergem da complexidade dos problemas sociais, que necessitam de ações, em parcerias, para serem resolvidos. Observa-se que as organizações sem fins lucrativos, no que diz respeito às compensações positivas resultantes das parcerias (nível micro), já colhem seus frutos que estão, principalmente, na economia de custos, nas economias de escala e de escopo, nas sinergias, e no aumento de receita.

a) Fischer (2002) afirma que, promover a articulação de saberes entre os setores não tem sido uma tarefa de fácil realização. Porém, nos casos estudados, a cooperação intersetorial se apresenta como uma experiência enriquecedora e promissora, e um meio para o fortalecimento de uma sociedade democrática. De acordo com Dreher e Ullrich (2008), um dos principais elementos que podem garantir a efetividade da cooperação intersetorial é o comprometimento dos gestores, no sentido de dar continuidade às ações. E, também, em uma eventual crise, a cooperação deve resistir, para que os membros participantes e envolvidos não caiam em descrédito. Junqueira (2004) ressalta que a ação intersetorial não deve se esgotar em uma única política social, ou em uma única organização, mas deve estar em diversas organizações, e em diversos setores, para lidar com os problemas sociais. Pois, tais problemas são resultados das interações dos sujeitos com o mundo, e a sua percepção não vai ser única. Portanto, “A intersetorialidade como um meio de intervenção na realidade social exige articulação de instituições e pessoas, para integrar e articular saberes e experiências estabelecendo um conjunto de relações, constituindo uma rede.” (p. 29). Nesse sentido, propõe-se discutir a constituição e formação das redes.

4 REDES ORGANIZACIONAIS

Ao olharmos a teia da vida percebemos que ela se consiste em redes dentro de redes. Existe uma tendência em pensar que o sistema de redes está aninhado dentro de sistemas maiores, em uma lógica hierárquica que os coloca um acima do outro. Porém, isto é mera projeção humana. Na natureza não há hierarquia, há apenas redes aninhadas dentro de outras redes. A concepção sobre redes é a chave para a compreensão científica, não apenas no âmbito dos ecossistemas, mas também da própria natureza da vida (CAPRA, 1999).

Destarte, a rede é fruto de uma rede pré-existente. Todas as pessoas estão envoltas na complexa teia das redes sociais. Por isso, a operação em rede inicia-se no

momento em que é acionada. Seu acionamento faz com que a mudança que ocorre nas pessoas seja transformada em um modo de organização (MARTINHO, 2003).

No âmbito das organizações, Loyola e Moura (1997) definem as redes a partir de suas variações no campo dos movimentos sociais, do Estado, e dos negócios. No campo dos movimentos sociais, as redes correspondem as articulações/interações entre organizações, grupos e indivíduos vinculados a ações/movimentos reivindicatórios. No campo do Estado, elas representam fórmulas de articulação entre agências governamentais e/ou destas com redes sociais, com organizações privadas ou grupos, que lhe permitem enfrentar problemas sociais e implantar políticas públicas. E, por fim, no campo dos negócios, observa-se que as redes representam a forma de organização intermediária entre a firma e o mercado, rompendo, por exemplo, com os princípios da hierarquia inflexível.

São classificados dois tipos de redes, no que se refere às ações: as redes de troca de informação e as redes operativas. As redes de troca de informação, ou redes virtuais, têm como característica a dinamicidade e a capacidade de articulação entre indivíduos e instituições de caráter público e privado, que ingressam por livre opção e pelo tempo que desejarem. A rede virtual tem a capacidade de articular informações. Algumas destas informações implicam compromisso comercial, mas cada ator pode firmar seus compromissos, independente do tempo que ficar na rede, e de quantos compromissos possa assumir. Portanto, a rede virtual tem por objetivo articular informações de diferentes interesses, sejam estes de cunho comercial ou intelectual (INOJOSA, 1999).

As redes operativas são, também, redes de troca de informação, mas, essa é apenas mais uma função dentre todas as outras que executa. Possuem projetos mais amplos e podem mais do que apenas trocar informações. São atividades das redes operativas: desenvolver estudos e pesquisas; estabelecer e conduzir processos de articulação política; realizar o acompanhamento de políticas públicas; promover processos de formação e capacitação; fazer as campanhas públicas de sensibilização, esclarecimento e mobilização; atuar na defesa e conquista de direitos sociais e causas

coletivas; captar e distribuir recursos; prestar serviços, entre outros. A maioria das redes, no Brasil, são classificadas como operativas (MARTINHO, 2003).

Junqueira (2004) compreende as redes como uma maneira de intervir na realidade complexa, através da cooperação, de alianças e de reciprocidade. Ressalta que, nas redes, os objetivos são traçados coletivamente, articulando pessoas e instituições que pretendem, juntas, superar os problemas sociais. Neste ínterim, é importante que cada organização, seja ela pública ou privada, desenvolva seu saber para colocá-lo de maneira integrada a serviço do interesse coletivo. Carvalho (2008) afirma que as redes sugerem uma “arquitetura de complementaridade de ação”, o que implica em mudanças de valores e em uma nova cultura no fazer social público. Elas devem considerar as vantagens, em termos de articulação e atendimento mais integral e integrado das demandas sociais. A velocidade, a interatividade, e a proatividade dos agentes das organizações, que se movem nas redes, podem ser asseguradas pelo acesso e o uso das tecnologias de informação.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com relação às variáveis que determinam o objeto de estudo, esta pesquisa pode ser classificada como Qualitativa. Segundo Minayo (1994), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, e se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, pois trabalha com um universo de significados, de motivos, de aspirações, e de valores. Na delimitação utilizou-se a técnica da Pesquisa Exploratória, por ter como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar ideias. Justifica-se a escolha pela pesquisa exploratória, uma vez que a pretensão era a de levantar dados que pudessem confirmar a hipótese da pesquisa, relacionada com a formação de uma rede. Conforme Trivinõs (1987), os estudos exploratórios permitem ao pesquisador aumentar sua experiência em torno de determinado problema. O pesquisador, normalmente, parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo em uma realidade específica, buscando um maior conhecimento acerca da temática.

A população, desta pesquisa, foi composta pelos atores e pelas organizações do Núcleo RS/ACIB como, também: pela Secretaria de Assistência Social, da Criança e do Adolescente (SEMASCRI); pelo Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); e pelo Instituto Exitus de Fomento e Desenvolvimento do Terceiro Setor. No entanto, os dados refletem a opinião dos atores e das organizações vinculados ao Núcleo RS/ACIB, porque este é o único movimento coletivo de RS que continua atuante. As demais organizações pesquisadas também desenvolvem ações de RS, entretanto, não são compostas por um grupo de organizações, como acontece com o Núcleo da ACIB, que congrega 21 organizações. No entanto, apenas 12 organizações responderam ao questionário, sendo elas: Coteminas S.A., Direcon Contabilidade, Doce Beijo Chocolates, Dudalina S.A., Universidade Regional de Blumenau (FURB), CIA Hering, Fundação Hospitalar de Blumenau, Instituto Brasileiro de Gerontologia (IBGERON), Karsten, Serviço Social da Indústria (SESI), Teka, e Unimed. Na descrição e análise dos dados, as organizações não foram identificadas pelo seu nome, mas por um número, preservando a identidade dos respondentes.

Ficou evidente que algumas das organizações que compõem a população deste estudo, não têm poder de voto, portanto, não são oficialmente cadastradas no Núcleo RS/ACIB, entretanto, participam das reuniões desse Núcleo, como a SEMASCRI e o Instituto Exitus. As organizações entrevistadas, que não participam do Núcleo RS/ACIB, são o SENAC e o SESC. Por isso, no decorrer deste estudo, privilegiaram-se ações que pudessem ser implementadas pelo Núcleo RS/ACIB, uma vez que este abrange um grande número de organizações.

Para a coleta de dados, foi elaborado um questionário com perguntas abertas e fechadas, que foi respondido, na presença de uma das pesquisadoras, pelos responsáveis pela condução da RS nas empresas. A análise e interpretação dos dados compreenderam dois momentos. Primeiro foram adotados os passos, muito parecidos com a pesquisa clássica, sugeridos por Gil (2002), que são: estabelecimento de categorias; codificação e tabulação para análise estatística; e interpretação dos dados. O objetivo foi reunir as observações de maneira coerente e organizada, de

forma a responder o problema de pesquisa. No segundo momento, privilegiou-se a discussão qualitativa em torno dos dados que foram obtidos.

6 CARACTERIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES PESQUISADAS

A caracterização das organizações procurou classificá-las em privadas, públicas e do terceiro setor, e apresentar dados referentes ao desenvolvimento da RS.

Organização 01: Organização privada que desenvolve atividades no ramo têxtil. Participa do Núcleo de RS há quatro anos, e conta com a atuação de duas representantes, que foram escolhidas porque já atuam na área de RS, dentro desta organização. A intenção foi conhecer novos projetos, que também pudessem ser desenvolvidos pela organização.

Organização 02: Organização privada que, há 14 anos, presta serviços de contabilidade para organizações de diversos segmentos (indústria, comércio, serviços, terceiro setor), além de consultoria e assessoria. Participa do Núcleo RS/ACIB há três anos. Seu representante demonstrou o desejo de participar da pesquisa e foi escolhido. A organização está em busca de mais conhecimento sobre RS, e do aumento da troca de informações e da rede de relacionamentos.

Organização 03: Organização privada que desenvolve atividade comercial relacionada a venda de chocolates. Conta com uma rede de quatro lojas, uma em Curitiba, uma em Blumenau, e duas em Joinville. Participa do Núcleo RS/ACIB há quatro anos, buscando por conhecimento, e seu representante ingressou por desejo pessoal.

Organização 04: Organização privada que atua no ramo têxtil, e existe há 57 anos. A organização participa a quatro anos do Núcleo RS/ACIB, por intermédio de três representantes que demonstraram interesse e foram indicados para o cargo. A organização busca, no Núcleo, o conhecimento, a oportunidade de fomento e a troca de informações.

Organização 05: Esta organização é um órgão autônomo, uma instituição oficial de direito público, e faz parte da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal

de Blumenau, Santa Catarina. Procurou o Núcleo buscando informações para a elaboração e organização do balanço social de 2005/2006, tendo também o interesse em conhecer o conceito de RS e do modo como ele poderia ser aplicado à sua estrutura. Com um membro que demonstrou interesse pessoal na participação, fez parte do Núcleo RS/ACIB por dois anos.

Organização 06: Organização privada que desenvolve atividades de vestuário e varejo, está no mercado há 129 anos. A organização participa do Núcleo RS/ACIB há quatro anos, tendo como motivação a busca do conhecimento. Seus três representantes atuam por desejo pessoal.

Organização 07: Organização do terceiro setor, que realiza atividade de assistência médica/hospitalar, há quase 150 anos. Participou durante dois anos do Núcleo RS/ACIB com dois representantes. Sua participação foi interrompida há dois anos.

Organização 08: Organização do terceiro setor que desenvolve atividades relacionadas ao envelhecimento humano, como o curso de cuidadores de idosos. A busca de conhecimento, a oportunidade de fomento, a divulgação da RS da organização, a troca de informações e a ampliação da rede de relacionamentos foram os motivos que a levaram a participar no Núcleo RS/ACIB.

Organização 09: Organização do terceiro setor, com atividades voltadas para o desenvolvimento e fomento desse setor. Participa informalmente do Núcleo RS/ACIB há três anos, através de um representante, escolhido pela disponibilidade de tempo. Os motivos que a levaram a participar foram o de formar uma rede de parcerias, de contatos, de conhecimentos e de troca de ideias, para os quais o Núcleo tem contribuído.

Organização 10: Organização do setor privado, atuando no ramo têxtil há 126 anos. Participa do Núcleo RS/ACIB há quatro anos, por meio de um representante, que foi escolhido por estar atuando na área social. No início, veio para o Núcleo por causa do convite feito por ele. Em um segundo momento, pela possibilidade de troca, da busca de conhecimento e de informações, e, de alguma forma, dar a sua contribuição.

Organização 11: Organização do setor público, que existe desde 1970, como diretoria e uma secretaria, e, em 1990, passou a existir de forma autônoma e com sede própria,

caracterizando-se como uma secretaria. Participa do Núcleo RS/ACIB há dois anos, com três representantes que foram escolhidos por atuar na área. Iniciou sua participação, nas reuniões, através de uma pesquisa realizada pelo grupo de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da FURB. Hoje, os motivos que alavancam esta participação são a troca de informações e a oportunidade de fomento.

Organização 12: Organização do terceiro setor, criada em 10 de janeiro de 1946, é uma instituição de educação profissional aberta a toda sociedade. Possuía um núcleo próprio que discutia RS até abril de 2009.

Organização 13: Organização do terceiro setor, criada em 1946, e mantida pelos empresários do comércio de bens e serviços, é uma entidade voltada para o bem-estar social de sua clientela. Não participa de núcleos de RS.

Organização 14: Organização do terceiro setor, fundada em 1951, no estado de Santa Catarina. Participa do Núcleo RS/ACIB há quatro anos. Os seus dois representantes voluntários foram escolhidos por fazerem parte da equipe que trabalha com RS, dentro da organização.

Organização 15: Organização privada do ramo têxtil, fundada em 1926, é uma das maiores fabricantes de artigos de cama, mesa e banho da América Latina. Participa do Núcleo RS/ACIB há três anos, tendo um representante voluntário que foi escolhido por indicação. Sua motivação para participar do Núcleo foi a busca de conhecimentos e a troca de informações.

Organização 16: Organização do terceiro setor, fundada em 1971. Desenvolve atividades na área de saúde, como operadora de planos de saúde. Participa do Núcleo RS/ACIB há quatro anos. Seu representante foi escolhido por ter conhecimento na área de RS. Sua participação no Núcleo foi motivada pelo interesse em se envolver com as questões de RS, que estavam sendo discutidas em Blumenau.

7 NÚCLEO RS/ACIB E SUA ATUAÇÃO PERANTE A RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Associação Comercial e Industrial de Blumenau (ACIB) foi a primeira entidade do gênero, em Santa Catarina, e atualmente, além dos comerciantes e industriais que fundaram a associação, reúne também prestadores de serviços das mais diversas áreas. A ACIB é composta por 24 núcleos setoriais, através desta busca-se fortalecer vários setores da economia, cultivando as discussões sobre as necessidades empresariais, dentre eles o Núcleo de RS, criado em março de 2005. Para dar início aos trabalhos do Núcleo RS, objeto deste estudo, a ACIB identificou as empresas filiadas que já atuavam no segmento ou que estavam no estágio inicial de RS. Apesar de, inicialmente e os núcleos estarem voltados para micro e pequenas empresas, muitas empresas de grande porte, por iniciativa própria, buscaram neste a sua participação. As organizações participantes buscavam aprimorar suas ações na área de RS, e incentivar outras organizações a contribuir para o desenvolvimento da comunidade (SOUZA, 2007).

Tabela 1 - A escolha do participante.

ESCOLHA DO PARTICIPANTE	Nº. ORGS.	%
Indicação	2	12,5%
Desejo pessoal	8	50%
Aquele que pode/tempo	2	12,5%
Por conhecimento	6	37,5%
Outro	0	0%
Não sabe	0	0%
Não respondeu	3	18,75%
Total	-	-

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Observa-se (tabela 1) que 50% dos entrevistados participam do Núcleo, representando as entidades a que pertencem, por desejo pessoal, ou seja, voluntária. A opção por conhecimento foi escolhida por 37,5%, seguida da opção por indicação da organização relatada por 12,5%, que também foi o índice daquele que pode/ tem tempo. A participação voluntária é o maior empecilho para que as ações propostas, no Núcleo, se efetivem dentro das empresas. A participação como uma ação pessoal voluntária é o maior empecilho para que as ações propostas, no Núcleo, se efetivem dentro das empresas, porque até ao representante escolhido pela organização não é delegado o poder de decisão. Não é ali que são tomadas as decisões, apesar da

política empresarial se fazer neste espaço de forma dialética e democrática. As decisões são tomadas nas empresas, centradas em um grupo pequeno de pessoas que, por vezes, não admitem a RS como algo fundamental na administração de suas organizações.

Tabela 2 - Motivação da organização para participar do Núcleo de RS

MOTIVAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PARA PARTICIPAR DO NÚCLEO	Nº. ORGS.	%
Troca de informações	8	50%
Busca de conhecimento	10	62,5%
Contatos	4	25%
Divulgação da RS da empresa	4	25%
Oportunidade de fomento	4	25%
Outra	3	18,75%
Não sabe	0	0%
Não respondeu	3	18,75%
Total	-	-

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Por isso, procurou-se saber qual o interesse, ou motivação, levou as organizações a participar do Núcleo de RS. De acordo com a tabela 2, a principal motivação da organização para participar do Núcleo foi a busca por conhecimento (62,5%), seguido pela troca de informações (50%), pelos contatos (25%), e pela oportunidade de fomento (25%). Citaram outros motivos, 18,75% das organizações, e entre eles estão: *networking* (expressão utilizada para denominar a rede de contatos pessoais e profissionais); parceria/troca de experiências; disseminação do conceito de RS/contribuir com a discussão de RS.

Entre os principais benefícios que a participação nas atividades do Núcleo traz para as organizações estão a troca de informações e a troca de experiências. Muitas das organizações veem o Núcleo como uma forma: de inspiração para novos projetos, de dividir conhecimentos, e de realizar parcerias. Está em busca constante pelo fortalecimento do conceito de RS e pela sua disseminação nas organizações. O Núcleo também tem se mostrado como uma forma de ampliar relacionamentos pessoais e profissionais, aumentando, portanto, a rede de contatos e as possíveis parcerias que possam surgir desta participação.

Na tabela 3, pode-se observar a opinião dos atores acerca da importância delegada pelas organizações ao Núcleo: muito importante (50%), importante (18,75%), não sabia (6,25%). As informações demonstram que a maioria das organizações considera o Núcleo muito importante. Elas se dizem satisfeitas com as ações do Núcleo, embora reconheçam a limitação deste quanto ao tempo que as ações levam para ser efetivadas. Acreditam que o Núcleo deve melhorar com a participação de mais empresas, e que possíveis parcerias possam vir a surgir a partir desta participação, como, também, uma melhor aplicabilidade das práticas de RS nas organizações. O setor público e o terceiro setor reivindicaram uma maior abertura por parte do setor privado, para que possam ser inseridos no espaço empresarial e terem maior poder de decisão no Núcleo.

Tabela 3 - Importância do Núcleo de RS para a empresa

IMPORTÂNCIA DO NÚCLEO PARA A EMPRESA	Nº. ORGS.	%
Muito importante	8	50%
Importante	3	18,75%
Sem importância	0	0%
Não sabe	1	6,25%
Não respondeu	3	18,75%
Total	-	-

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O fato do Núcleo ainda não ter atingido um nível de estabilidade também foi comentado pelos entrevistados. Porém, os atores demonstram ter consciência de que é um processo de crescimento, e sabem da importância de existir um Núcleo que tem foco na RS. Sobre os desafios que o Núcleo de RS enfrenta, os atores destacaram a efetividade das ações e a demonstração dos resultados. Para tanto, ressaltaram a necessidade de estabelecer um foco nas ações, de forma que os projetos se efetivem. Salientam suas preocupações não apenas com o social, mas também com questões ligadas ao meio ambiente. Sugerem uma “evolução” conceitual de RS para sustentabilidade.

Entretanto, Fischer (2002) observa que promover a articulação de saberes entre os setores não é, de forma alguma, uma tarefa fácil de ser realizada. Porém, nos casos estudados, a cooperação intersetorial se apresenta enquanto uma experiência

enriquecedora e promissora de meios para o fortalecimento de uma sociedade democrática. Embora existam dificuldades, o futuro da atuação do Núcleo é visto de forma positiva por todos os atores entrevistados. Eles acreditam que o Núcleo passa a receber uma importância maior a cada dia. Ressaltaram a sua importância para a difusão de ideias, alcançando não apenas as empresas de grande porte, mas também as micro e as pequenas empresas, o setor público e o terceiro setor, e sinalizam para a possibilidade do Núcleo estar integrando as empresas e articulando os setores.

8 REDES DE COOPERAÇÃO INTERSETORIAL: OPINIÃO DOS ATORES

Para iniciar o processo de construção de uma rede, o primeiro passo é reunir um grupo inicial de parceiros, que dará origem a rede. O Núcleo RS/ACIB é este grupo inicial, e ele já pode ser reconhecido como uma rede, porém, informal. Buscou-se então saber o que os atores entendem por redes sociais. Os atores entendem por redes sociais, um conjunto de organizações que possuem um objetivo em comum, para criar, para desenvolver, e para disseminar projetos com o foco no desenvolvimento social. As redes se formam quando há interesses mútuos. O trabalho em rede é função das diversas áreas do conhecimento desenvolvendo ações conjuntas, articulando o setor público, o privado e o terceiro setor.

Da mesma forma que a rede sugere a articulação das organizações, o processo de elaboração do desenho organizacional da rede deve ser desenhado com a participação de todos os envolvidos. Este trabalho, configurado como o debate inicial sobre a rede, buscou saber a opinião dos envolvidos neste processo. A primeira etapa foi verificar se as organizações participariam da rede, e a tabela 4 sintetiza as opiniões de seus representantes.

Tabela 4 - Criação da rede de cooperação intersetorial.

SE FOSSE CRIADA UMA REDE DE COOPERAÇÃO, A ORGANIZAÇÃO A QUAL PERTENÇO PARTICIPARIA?	Nº. ORGS.	%
Concorda totalmente	13	81,25%
Concorda parcialmente	1	6,25%
Discorda	0	0%
Não sabe	1	6,25%
Não respondeu	1	6,25%
Total	16	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Conforme pode ser observado na tabela 4, à maioria dos entrevistados (81,25%) *concordam totalmente* que a organização a qual pertencem participaria da rede de cooperação, se esta fosse criada. Isto mostra que o passo inicial foi dado, porque a vontade de participar da rede passa a ser um interesse coletivo. Nos demais resultados, pode-se observar que: 6,25% responderam que *concordam parcialmente*, 6,25% responderam que não sabiam, e 6,25% não responderam.

Tabela 5 - Articulação do Núcleo de RS.

A ARTICULAÇÃO DO NÚCLEO DE RS SERIA IMPORTANTE PARA GARANTIR A EFETIVIDADE DAS AÇÕES	Nº. ORGS.	%
Concorda Totalmente	14	87,5%
Concorda Parcialmente	0	0%
Discorda	0	0%
Não sabe	1	6,25%
Não respondeu	1	6,25%
Total	16	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Com os dados da tabela 5, buscou-se saber se os entrevistados veem na rede a possibilidade de efetivar as ações do Núcleo de RS. A maioria dos entrevistados (87,5%) *concorda totalmente* que a articulação do Núcleo de RS, com vistas a intersetorialidade, seria importante para garantir a efetividade das ações. Conforme já ressaltado por Junqueira (2004), a própria intersetorialidade, como um meio de intervenção na realidade social, exige articulação de instituições e pessoas, para integrar e articular saberes e experiências estabelecendo um conjunto de relações, constituindo uma rede. O restante, 6,25% dos entrevistados, responderam que não

sabiam se a articulação do Núcleo seria importante para garantir a efetividade das ações, e 6,25% não respondeu.

Tabela 6 - Funcionamento da rede.

FUNCIONAMENTO DA REDE	Nº. ORGS.	%
Rede Virtual	13	81,25%
Rede Operacional	9	56,25%
Não sabe	0	0%
Não respondeu	1	6,25%
Total	-	-

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A tabela 6 sintetiza a opinião dos entrevistados sobre o funcionamento da rede de cooperação intersetorial. É possível observar que: 81,25% dos entrevistados sugerem a rede virtual; 56,25% dos entrevistados sugerem a rede operacional; e 6,25% não responderam. Generalizando, os atores ressaltaram que no estágio atual do Núcleo, a rede virtual atenderia os objetivos, em um primeiro momento. Apontam a evolução para uma rede operacional *a posteriori*. Segundo Carvalho (2008) o acesso e o uso de tecnologias de informação podem assegurar a velocidade, a interatividade e a pró-atividade dos agentes das organizações, que se movem nas redes. Portanto, neste primeiro momento, a rede virtual pode garantir a divulgação da rede, alcançando um maior número de organizações e permitindo a interatividade entre elas.

Tabela 7 - Beneficiados com a rede.

BENEFICIADOS COM A REDE	Nº. ORGS.	%
Organização	12	75%
Pessoas assistidas	12	75%
Os nucleados	9	56,25%
Outro	0	0%
Não sabe	0	0%
Não respondeu	1	6,25%
Total	-	-

Fonte: Elaborado pelas autoras.

No trabalho de desenho organizacional, as redes estabelecem o que fazer e o modo como irão fazer; elas definem as atividades, os produtos e serviços, os processos de tomada de decisão, as formas de execução, o acompanhamento e

avaliação das ações, e todo um conjunto de procedimentos que orientarão o funcionamento da rede. Estabelecem ainda os mecanismos de circulação e troca de informação entre os participantes, e a gestão e uso dos recursos (MARTINHO, 2003).

Uma das perguntas a serem feitas durante a elaboração do desenho organizacional é: quem serão os beneficiados com o trabalho da rede de cooperação. Na tabela 7, em resposta a pergunta feita: 75% dos entrevistados apontam para a organização e para as pessoas assistidas; 56,25% optaram também pelos nucleados, enquanto beneficiados com a rede. Sendo assim, a organização e as pessoas assistidas aparecem como os principais beneficiados, o que já é previsto dentro do Núcleo. Porém, durante estes quatro anos de existência, o Núcleo voltou-se para o fortalecimento do conceito de RS entre as organizações. A rede poderá ajudar o Núcleo, nesta sua nova fase, em que busca efetivar ações e demonstrar resultados. Segundo Martinho (2003) as atividades, os produtos e os serviços são a expressão concreta dos objetivos que a rede se propõe a atingir, e se traduzem na forma de metas e resultados.

Tabela 8 - Atividades, produtos e serviços da rede.

ATIVIDADES, PRODUTOS E SERVIÇOS DA REDE	Nº. ORGS.	%
Projetos internos da organização	7	43,75%
Comunicação/marketing da organização	4	25%
Capacitação profissional para membros da comunidade	12	75%
Capacitação profissional para funcionários da organização	7	43,75%
Projetos junto à comunidade	12	75%
Projetos ambientais	11	68,75%
Outro	0	0%
Não sabe	0	0%
Não respondeu	1	6,25%
Total	-	-

Fonte: Elaborado pelas autoras.

As opções escolhidas pelos entrevistados, enquanto das atividades, produtos e serviços que a rede deveria oferecer estão demonstradas na tabela 8, e foram: Capacitação profissional para membros da comunidade (75%); Projetos junto à comunidade (75%); Projetos ambientais (68,75%); Projetos internos da organização (43,75%); Capacitação profissional para membros da organização (43,75%); Comunicação/marketing da organização (25%); Não respondeu (6,25%). É possível

observar que as preocupações dos atores estão voltadas para as áreas sociais e ambientais, uma vez que estas foram às atividades, e os produtos e serviços mais escolhidos. Percebe-se que o Núcleo de RS realmente vive um novo momento, no qual as discussões se voltam para as ações e para captação de resultados.

Os entrevistados sugerem, nas críticas e sugestões, que este trabalho seja levado em frente, pois acreditam que pode trazer benefícios ao Núcleo. Ele é relevante para dar continuidade e visibilidade ao Núcleo. Os atores entrevistados sugeriram que o Núcleo de RS comece a ouvir todas as partes, e que busque identificar as principais demandas sociais do município de Blumenau, para que a própria rede possa atendê-los. Também sugeriram a elaboração de um plano de ação a longo prazo, um planejamento estratégico que possa possibilitar a visão de onde o Núcleo vai querer estar nos próximos anos.

Percebe-se a preocupação do Núcleo de RS com o desenvolvimento de uma metodologia de avaliação de resultados. Na tentativa de elaborar um diagnóstico que possa contribuir com os esforços da população estudada, numa leitura crítica à promoção do desenvolvimento da RS, no município de Blumenau, Santa Catarina, este trabalho sugere a utilização do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), como mecanismo de identificação de demanda, e como metodologia para avaliação do impacto redistributivo das ações de RS, do referido município.

Com o IVS pode-se identificar o território onde se concentra a população mais vulnerável à exclusão social, indicando ainda em quais aspectos. Como exemplo, cita-se o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS). Esse novo indicador permite ao gestor público e à sociedade uma visão mais detalhada das condições de vida do seu município, com a identificação e a localização espacial das áreas que abrigam os segmentos populacionais mais vulneráveis à pobreza (SEAD, 2009). A elaboração do *Índice Blumenauense de Vulnerabilidade Social* contribuirá para o setor público, o privado e o terceiro setor em suas respectivas ações, mas, principalmente, contribuirá para as ações intersetoriais. Pois, conhecendo as áreas com maior vulnerabilidade social, o próximo passo será a atuação em conjunto em prol dessas áreas. O cruzamento dos mapas de IVS com os projetos de RS realizados no

município de Blumenau podem medir o impacto redistributivo das ações. Através da representação cartográfica, resultante deste processo, será possível visualizar se as áreas com maior vulnerabilidade social estão sendo beneficiadas com projetos de RS. Para tanto, a rede virtual, por suas características de agilidade e dinamicidade, apresenta-se como a proposta para dar visualidade as representações cartográficas resultantes do processo. Sua função será cadastrar as ações de RS do município e, também, divulgar o resultado final, que seria o mapa do impacto redistributivo destas ações, contribuindo para trazer soluções às dificuldades enfrentadas pelo Núcleo, uma vez que dará visibilidade a este, ajudará na efetividade das ações, e trará novas organizações ao Núcleo RS/ACIB.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Núcleo RS/ACIB, na opinião dos atores, encontra-se em um momento de fortalecimento, e para tanto precisa buscar maior participação das empresas da região, para que deixe de ser um espaço apenas de compartilhamento de valores pessoais. Os atores envolvidos compreendem que muitos estão neste espaço por um desejo pessoal, e não porque a RS faz parte da estratégia da organização a qual pertencem. Isso acaba gerando dificuldades de implantação das ações, visto que a RS ainda não é vista como prioridade nas organizações.

Porém, não se pode deixar de afirmar que os atores atuantes, que estão discutindo princípios éticos, responsabilidade social e ambiental, que questionam o modelo de desenvolvimento econômico linear de consumo infinito, representam uma fissura no poder empresarial. Esta fissura possibilita um novo pensamento, e conseqüentemente, uma mudança cultural. Acredita-se que neste momento, o Núcleo deve se fortalecer na discussão sobre cooperação intersetorial, que aumente a compreensão sobre o funcionamento das parcerias intersetoriais, e da sua importância para o desenvolvimento da RS no município de Blumenau Santa Catarina.

Com relação às redes, os atores entrevistados, em sua maioria, consideram que as organizações a qual pertencem participariam da rede de cooperação intersetorial, se esta fosse criada, e acreditam nela como uma forma de dar efetividade as ações de RS. Apontam para a rede virtual como a melhor opção neste momento, com vistas a sua evolução para uma rede operacional. Afirmam que os principais beneficiados com o trabalho da rede devem ser a organização e as pessoas assistidas, e as principais atividades, os produtos e os serviços devem ser direcionados ao social e ao ambiental.

Um dos resultados mais esperados com a formalização da rede é que ela seja um mecanismo para articular o setor público, o privado e o terceiro setor. Espera-se ainda, que a rede desenvolva uma metodologia para a avaliação dos resultados referentes às ações de RS, e que também ajude na identificação das demandas sociais. Portanto, com o objetivo de elaborar um diagnóstico que possa contribuir com os esforços da população estudada, numa leitura crítica à promoção do desenvolvimento da RS no município de Blumenau, este trabalho sugere a utilização do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) como mecanismo de identificação de demanda, e como metodologia para avaliação do impacto redistributivo das ações de RS, nesse município. A elaboração do Índice Blumenauense de Vulnerabilidade Social poderá contribuir para a ação intersetorial, uma vez que, identificadas as áreas de maior vulnerabilidade, será dever dos três setores da sociedade atuar em conjunto em prol dessas áreas. E é neste contexto que as organizações de Blumenau (SC) que possuem algumas ações intersetoriais, a partir da geração de uma rede, poderão contribuir mais com o desenvolvimento da RS. Será papel da rede o cadastramento das ações de RS realizados no município, e também a divulgação do mapeamento do impacto redistributivo destas ações.

Contudo, algumas questões sobre a rede de cooperação intersetorial ainda devem ser respondidas, como por exemplo: a) Quais são as regras que regerão os relacionamentos e as atividades da rede? b) Como se dará a tomada de decisão? c) De que forma será feita a administração e o acompanhamento das ações da rede? d) Quais tarefas serão necessárias para animar e manter viva a participação dos

membros da rede? e) Quanto custa e de onde virão os recursos para a consolidação e a manutenção da rede? Acredita-se que a rede possa ser uma forma de ajudar nas dificuldades vividas pelo Núcleo RS/ACIB, uma vez que ela dará visibilidade ao trabalho do Núcleo, evidenciando suas ações e auxiliando na efetividade destas, contribuindo também para trazer novas organizações ao Núcleo, articulando os setores e colaborando para o desenvolvimento.

Considera-se que, por ser esta uma pesquisa qualitativa, possui limitações, pois pode haver influências na interpretação dos dados coletados, já que neste tipo de pesquisa está implícita a subjetividade das pesquisadoras. Além disso, este estudo faz parte de um projeto maior, que envolve o grupo de pesquisadores com o Núcleo RS/ACIB. Assim, alguns resultados apontados evidenciam aspectos além dos dados obtidos pelos questionários, pois refletem a convivência de quatro anos do grupo com o Núcleo. Portanto, esta aproximação pode ter influenciado a interpretação dos dados.

Por fim, sugere-se a realização de novos estudos, que contemplem o processo de implantação e desenvolvimento da rede, e que possam abranger novas organizações.

REFERÊNCIAS

ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

AUSTIN, James E.; **Parcerias**: fundamentos e benefícios para o terceiro setor. São Paulo: Futura, 2001.

CAMARA, Guilherme Dornelas. Uma crítica às práticas éticas das organizações: em busca de humanidade e subjetivação. In: X Colóquio Internacional de Poder Local, 2006, Salvador: UFBA. **Anais...** Salvador: UFBA, 2006.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

CARROLL, Archie B. The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders. **Business Horizons**. V. 34, n. 4, p. 39-46, Jul. / Aug. 1991. Disponível em: <<http://www.elsevier.com/locate/bushor>>. Acesso em: 20 agosto 2008.

CARVALHO, Maria C. B. **A ação em rede na implementação de políticas e programas sociais públicos**. Disponível: <http://www.institutosouzacruz.org.br/onewebms/sites/ins_66nfwq.nsf/fb0c4cf10fb0028680256ad90058cf1e/c1256f4a004123e3c1256ee100798c55?OpenDocument>. Acesso em: 17 de dez. de 2008.

DREHER, Marialva T.; ULLRICH Danielle R. Intersetorialidade e desenvolvimento local: iniciativas para desenvolver a cooperação. In: IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2008, Rio Grande do Sul. **Anais...** Rio Grande do Sul: UNISC, 2008.

FISCHER, Rosa M. **O desafio da colaboração**: práticas de responsabilidade social entre empresas do terceiro setor. São Paulo: Ed. Gente, 2002.
GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INOJOSA, Rose M. Redes de compromisso social. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro. v. 33, n. 5, p. 115-141, set./out. 1999.

INSTITUTO ETHOS. Site Institucional. Disponível em: <www.ethos.org.br>. Acesso em: 03 de jan. de 2009.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde soc.**, Jan./Apr. 2004, vol.13, nº. 1, p. 25-36. ISSN 0104-1290.

LOYOLA, E.; MOURA, S., Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: FISCHER, T. (org.) **Gestão contemporânea**: cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro, 1997, p. 53-68

MAKRAY, Almos. O conceito de responsabilidade pelo todo. In: ESTEVES, Sergio A. P. (org). **O dragão e a borboleta**: sustentabilidade e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Axis Mundi: AMCE, 2000.

MARTINHO, Cássio. **Redes**: uma introdução às dinâmicas da conectividade e autoorganização. Brasília: WWF Brasil, 2003.

MINAYO, Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

SEAD - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO. Disponível em: <<http://www.sead.se.gov.br/>>. Acesso em: 15 de jul. de 2009.

SOUZA, Vanessa de Souza Fraga de. **Responsabilidade social empresarial e as estratégias intersetoriais da relação privado e público em Blumenau, SC. 2007**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2007.

VASQUEZ, Adolfo S. **Ética**. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

TRIVINÕS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

NOTAS

⁽¹⁾ Pós-doutorado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (EA/UFRGS); Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Mestre em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Professora Pesquisadora da Universidade Regional de Blumenau (FURB) atuando na Graduação e na Pós-graduação stricto sensu Mestrado em Administração e Doutorado em Ciências Contábeis e Administração. E-mail: marialva@furb.br.

⁽²⁾ Possui graduação em História pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). Foi bolsista em três projetos de Iniciação Científica, sendo um deles apoiado pelo CNPq. Atualmente é professora no Ensino Médio da rede estadual de ensino de Santa Catarina na Escola de Educação Básica Pedro II. E-mail: keulydariana@yahoo.com.br.

Enviado: 22/09/2009
Aceito: 15/09/2011
Publicado: 14/08/2012